



Diário Notícias

26-04-2017

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Economia,Justiça

Dimensão: 1030 cm²

Imagem: S/PB

Página (s): 1/13

FINANÇAS

**Roteiro de uma
investigação à
pequena corrupção
à mesa do almoço**

PÁG.13

Roteiro gastronómico pelos caminhos da corrupção nas Finanças

Investigação. Durante meses, inspetores da Judiciária seguiram e escutaram funcionários do fisco em encontros com empresários

CARLOS RODRIGUES LIMA

Sentado numa mesa do restaurante A Tiraninha, A.G. tinha à sua frente H.M., um jogador de futebol, e um Dr. Paulo. A conversa decorreu de forma amena, até que H.M. levantou-se e entregou um "maço de notas dobradas ao meio" a A.G., funcionário do Serviço de Finanças Lisboa 10. Tudo estaria bem se numa outra mesa não estivessem dois inspetores da Unidade Nacional Contra a Corrupção (UNCC) da Polícia Judiciária que registaram o momento, imortalizando-o nos autos do processo sobre corrupção nas Finanças, que na semana passada levou a acusação contra 45 pessoas.

Tal como alguns bons negócios são feitos à mesa, também a pequena-média corrupção passa por uma boa refeição. Esta bem que poderia ser a conclusão da investigação da UNCC, que durante meses seguiu e fotografou vários funcionários do fisco em almoços e jantares com os seus "clientes", levando os inspetores num autêntico *rally*-restaurantes em Lisboa, onde tudo era combinado, decidido e, no final, alguém pagava as contas. No caso do funcionário A.G. o Ministério Público acusou-o de 16 crimes, desde corrupção passiva a acesso ilegítimo e falsidade informática.

A ligação entre a (alegada) corrupção e uma boa refeição é o ponto forte deste processo. Vejamos outro exemplo: C.F., chefe de Finanças de Alvalade, acusado de quatro crimes (corrupção passiva e tráfico de influências), a 7 de abril de 2015 combinou com o colega R.R., das Finanças da Amadora, um

jantar para essa noite na Marisqueira do Bairro, em Olival de Basto, com "pessoas à moda antiga", que "não dão trabalho". Segundo a investigação da Polícia Judiciária, trata-se de um empresário que pretendia resolver algumas questões pendentes com as Finanças. No dia seguinte, os intervenientes comentaram a qualidade do repasto oferecido: "Os gajos portaram-se bem", disse C.F., elencando, em seguida, a qualidade do vinho: Car-

tuxa, Esporão, Douro e, obviamente, para finalizar, o *whisky* de 12 anos.

C.F., casado, um filho, é um dos principais arguidos no processo. Na análise feita às suas contas pela UNCC, os investigadores detetaram, além dos movimentos a crédito dos ordenados do casal, a entrada de 17 mil euros em depósitos em numerário, oito mil euros noutros depósitos e cinco mil euros em cheques.

O eventual esquema de corrupção investigado parecia disseminado por vários serviços das Finanças. A própria Judiciária, num relatório entregue ao processo, consultado na passada semana pelo DN, refere que os vários funcionários suspeitos tinham uma espécie de clientes privados e que "ao invés de estarem disponíveis para os normais contribuintes passam parte substancial do seu dia de trabalho disponíveis apenas para os contribuintes eleitos 'pagadores', ao alcance dos quais fica a possibilidade de uma resolução célere e eficaz e até abreviada e favorável das sua contentas fiscais".

Um destes casos é R.C., chefe de Finanças, entretanto reformado. Fotografado em vários encontros com empresários em restaurantes (Dom Feijão ou Senhor Peixe, por exemplo), foi também escutado a passar informação fiscal a alguns deles sobre empresas e pessoas com quem aqueles tinham ou poderiam fazer negócios. Nas contas de R.C. entraram, além do respetivo ordenado, 17 mil euros em depósitos vários. O Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa imputou-lhe 11 crimes de corrupção passiva, abuso de poder e acesso ilegítimo.

SÍNTESE

INVESTIGAÇÃO

► **Judiciária** Foi uma equipa da Unidade Nacional Contra a Corrupção que durante vários meses acompanhou a par e passou os movimentos dos funcionários das Finanças e dos seus "clientes".

MINISTÉRIO PÚBLICO

► **DIAP** O processo correu na 9.ª secção do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, especializada em criminalidade económico-financeira.

ACUSAÇÃO

► **Despacho** Ao todo, o Ministério Público acusou 45 pessoas, 13 das quais são funcionárias das Finanças, por crimes de corrupção ativa e passiva, tráfico de influências, abuso de poder e acesso ilegítimo. Ao mesmo tempo, foram extraídas certidões deste processo para uma nova investigação, a qual envolve alguns dos já acusados.

Vários funcionários da Autoridade Tributária teriam uma espécie de "contribuintes" VIP que acompanhavam a troco de contrapartidas



SANDRA MATOS (FOLIO) / IMAGENS